ReGeo ISSN: 2177-3246

CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA E ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO EM AMBIENTES DIGITAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

JOURNALISTIC CREDIBILITY AND THE FIGHT AGAINST DISINFORMATION IN DIGITAL ENVIRONMENTS

CREDIBILIDAD PERIODÍSTICA Y ENFRENTAMIENTO DE LA DESINFORMACIÓN EN AMBIENTES DIGITALES: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

https://doi.org/10.56238/revgeov16n4-096

Data de submissão: 12/07/2025 **Data de publicação:** 13/08/2025

Luciana Guimaraes Duarte Machado

RESUMO

A crescente circulação de informações fraudulentas nos ambientes digitais tem provocado transformações nas relações de confiança entre organizações jornalísticas e sociedade, tornando relevante compreender os fatores que influenciam a credibilidade das notícias e as estratégias utilizadas para enfrentar a desinformação, diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre credibilidade jornalística e enfrentamento da desinformação em ambientes digitais, por meio de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise de produções científicas relacionadas à confiança no jornalismo, à influência das plataformas tecnológicas e aos procedimentos de verificação de informações, os resultados evidenciaram que a credibilidade jornalística depende da consistência dos processos de apuração, da transparência editorial e da contextualização dos acontecimentos, enquanto a disseminação de conteúdos enganosos é favorecida por mecanismos algorítmicos, interesses econômicos e fatores cognitivos e afetivos que interferem na recepção das mensagens, identificou-se que as iniciativas de checagem contribuem para o esclarecimento de informações fraudulentas, embora apresentem limitações relacionadas aos critérios de seleção, à diversidade das fontes e à resistência dos usuários diante de correções, conclui-se que o enfrentamento da desinformação requer a articulação entre práticas jornalísticas responsáveis, educação midiática e medidas institucionais e tecnológicas, visando fortalecer a qualidade informativa e a confiança pública.

Palavras-chave: Credibilidade Jornalística. Desinformação. Jornalismo Digital. Verificação de Fatos. Confiança Pública.

ABSTRACT

The increasing circulation of misleading information in digital environments has transformed relationships of trust between journalistic organizations and society, highlighting the importance of understanding the factors that influence news credibility and the strategies adopted to address disinformation, within this context, this study aimed to analyze the relationship between journalistic credibility and the fight against disinformation in digital environments through a qualitative literature review with an exploratory and descriptive approach, based on the analysis of scientific publications addressing trust in journalism, the influence of technological platforms and information verification procedures, the findings indicated that journalistic credibility depends on consistent reporting practices, editorial transparency and the contextualization of events, whereas the dissemination of misleading content is facilitated by algorithmic mechanisms, economic interests and cognitive and emotional factors that influence how audiences interpret information, fact-checking initiatives were

found to contribute to the clarification of misleading narratives, although their effectiveness is limited by content selection criteria, source diversity and users' resistance to corrections that contradict previously established beliefs, the study concludes that addressing disinformation requires coordinated efforts involving responsible journalism, media literacy and institutional and technological measures aimed at strengthening information quality and public trust.

Keywords: Journalistic Credibility. Disinformation. Digital Journalism. Fact-checking. Public Trust.

RESUMEN
La creciente circulación de información fraudulenta en los ambientes digitales ha provocado transformaciones en las relaciones de confianza entre organizaciones periodísticas y sociedad, tornando relevante comprender los factores que influyen en la credibilidad de las noticias y las estrategias utilizadas para enfrentar la desinformación, ante este escenario, el presente estudio tuvo como objetivo analizar la relación entre credibilidad periodística y enfrentamiento de la desinformación en ambientes digitales, por medio de una revisión bibliográfica de abordaje cualitativo, con carácter exploratorio y descriptivo, fundamentada en el análisis de producciones científicas relacionadas con la confianza en el periodismo, a la influencia de las plataformas tecnológicas y a los procedimientos de verificación de información, los resultados evidenciaron que la credibilidad periodística depende de la consistencia de los procesos de verificación, de la transparencia editorial y de la contextualización de los acontecimientos, mientras que la diseminación de contenidos engañosos es favorecida por mecanismos algorítmicos, intereses económicos y factores cognitivos y afectivos que interfieren en la recepción de los mensajes, se identificó que las iniciativas de verificación contribuyen al esclarecimiento de información fraudulenta, aunque presenten limitaciones relacionadas con los criterios de selección, a la diversidad de las fuentes y a la resistencia de los usuarios ante correcciones, se concluye que el enfrentamiento de la desinformación requiere la articulación entre prácticas periodísticas responsables, educación mediática y medidas institucionales y tecnológicas, buscando fortalecer la calidad informativa y la confianza pública.

Palabras clave: Credibilidad Periodística. Desinformación. Periodismo Digital. Verificación de Hechos. Confianza Pública.

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais modificou profundamente os processos de produção, distribuição e consumo de informações, estabelecendo novas formas de interação entre organizações jornalísticas, plataformas tecnológicas e sociedade, nesse cenário, a circulação de conteúdos informativos passou a depender de mecanismos algorítmicos que interferem na visibilidade das publicações e favorecem dinâmicas de engajamento frequentemente desvinculadas dos critérios tradicionais de relevância jornalística (Castro, 2021).

As transformações ocorridas no ecossistema comunicacional ampliaram as possibilidades de participação pública na construção e no compartilhamento de informações, permitindo que diferentes indivíduos e organizações produzissem conteúdos capazes de alcançar audiências expressivas, paralelamente, a velocidade de circulação das mensagens e a ausência de procedimentos sistemáticos de verificação em parte dessas publicações contribuíram para a disseminação de informações imprecisas, enganosas ou deliberadamente fabricadas nos ambientes digitais (Caled; Silva, 2022).

A intensificação desse fenômeno evidenciou a necessidade de distinguir material jornalísticos produzidos mediante procedimentos de apuração daqueles elaborados com a finalidade de induzir interpretações equivocadas da realidade, uma vez que a reprodução de características visuais e narrativas próprias dos veículos de comunicação pode conferir aparência de legitimidade a informações fraudulentas, comprometendo a capacidade dos indivíduos de reconhecer fontes confiáveis e avaliar a consistência das mensagens recebidas (Lazer *et al*., 2018).

No âmbito da comunicação política, a disseminação de narrativas falsas adquiriu particular relevância devido à sua capacidade de interferir na interpretação dos acontecimentos públicos e alimentar disputas relacionadas à legitimidade das instituições democráticas, essa conjuntura evidencia uma crise de natureza epistemológica na qual versões conflitantes dos fatos circulam simultaneamente e reivindicam reconhecimento como verdadeiras, colocando em discussão os critérios utilizados socialmente para distinguir acontecimentos verificáveis de construções informativas fraudulentas (Gomes; Dourado, 2019).

A dificuldade de diferenciação entre informações verificadas e produções enganosas tornou-se particularmente expressiva com a consolidação de iniciativas que reproduzem elementos característicos da linguagem jornalística sem observar os procedimentos profissionais que fundamentam sua produção, nesse contexto, o pseudojornalismo representa uma manifestação relevante da desinformação digital, pois utiliza recursos de apresentação semelhantes aos empregados por veículos legítimos e evidencia as limitações dos indicadores formais de credibilidade na identificação da qualidade informativa (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019).

Diante da crescente dificuldade de reconhecer a procedência e a confiabilidade das informações, a credibilidade jornalística passou a ocupar uma posição significativa nas discussões sobre a relação entre imprensa e sociedade, entretanto, a recuperação da confiança pública exige uma análise crítica das próprias práticas jornalísticas, considerando que os veículos tradicionais também estão sujeitos a equívocos, distorções e condicionamentos editoriais capazes de comprometer sua legitimidade perante diferentes segmentos da população (Moretzsohn, 2019).

A necessidade de fortalecer a transparência dos procedimentos de apuração estimulou o desenvolvimento de iniciativas voltadas à verificação colaborativa de conteúdos que circulam nas plataformas digitais, entre essas experiências, a checagem cruzada realizada pelo Projeto Comprova demonstra como a cooperação entre organizações jornalísticas pode contribuir para tornar os processos de investigação mais visíveis ao público, favorecendo a construção de relações de confiança fundamentadas na apresentação dos procedimentos utilizados para confirmar ou contestar informações (Fossá; Müller, 2019).

Embora a verificação de fatos tenha adquirido maior visibilidade como resposta à circulação de notícias fraudulentas, sua efetividade depende da consistência metodológica empregada na seleção dos conteúdos analisados e na identificação das fontes consultadas, pesquisas sobre a atuação de agências brasileiras demonstram que a ausência de critérios suficientemente explícitos para determinar o que será verificado, associada à utilização predominante de informações provenientes de instituições oficiais, pode suscitar questionamentos sobre a transparência e a credibilidade das próprias atividades de checagem (Damasceno; Patrício, 2020).

A incorporação dessas práticas às rotinas das organizações de comunicação também modificou as formas pelas quais o jornalismo apresenta publicamente seus procedimentos de produção do conhecimento, transformando a verificação de informações em uma atividade editorial com visibilidade própria, sob essa perspectiva, os serviços destinados a identificar boatos e esclarecer acontecimentos participam da construção discursiva da autoridade jornalística, uma vez que estabelecem critérios de diferenciação entre fatos e informações contestadas e reafirmam determinadas concepções de verdade e legitimidade informativa (Dela Silva, 2021).

Apesar da ampliação das iniciativas de enfrentamento da desinformação, a complexidade do fenômeno impede que sua compreensão seja restringida aos procedimentos tradicionais de correção de conteúdos falsos, fatores cognitivos, comportamentais e tecnológicos influenciam a recepção e a permanência de informações enganosas nas percepções individuais, indicando a necessidade de considerar estratégias complementares que envolvam educação midiática, responsabilidade das

plataformas, recursos computacionais de identificação e medidas institucionais voltadas à integridade informativa (Caled; Silva, 2022).

A relevância desta investigação justifica-se pela necessidade de compreender como a credibilidade jornalística é construída e preservada em um ambiente no qual a distribuição de informações está condicionada por interesses econômicos, sistemas automatizados de recomendação e disputas permanentes pela atenção dos usuários, a análise dessa problemática contribui para examinar as relações entre os critérios de qualidade informativa e as características estruturais das plataformas digitais, permitindo identificar condições que favorecem a circulação da desinformação e dificultam a consolidação de práticas comunicacionais comprometidas com a verificação dos acontecimentos (Castro, 2021).

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica de publicações científicas compreendidas entre 2018 e 2022, a relação entre credibilidade jornalística e enfrentamento da desinformação em ambientes digitais, buscando compreender os fatores que influenciam a confiança nas organizações de comunicação, examinar as estratégias de verificação adotadas no contexto contemporâneo e discutir suas possibilidades e limitações diante da dificuldade de distinguir conteúdos jornalísticos legítimos de produções informativas fraudulentas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CREDIBILIDADE E CONFIANÇA NO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

Historicamente vinculada à responsabilidade de produzir relatos fundamentados em acontecimentos verificáveis, a credibilidade jornalística constitui uma relação de reconhecimento social sustentada pela consistência das informações e pela legitimidade dos procedimentos empregados em sua elaboração, sua construção ultrapassa a apresentação de conteúdos aparentemente verdadeiros, pois depende da capacidade das organizações de demonstrar a origem dos dados, justificar suas escolhas editoriais e oferecer elementos que permitam ao público avaliar a confiabilidade do conhecimento produzido (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019).

Nessa visão, a confiança depositada nas instituições jornalísticas resulta de um vínculo estabelecido entre os profissionais da comunicação e a sociedade, cuja continuidade pressupõe correspondência entre os compromissos publicamente assumidos e as práticas efetivamente desenvolvidas, a credibilidade adquire legitimidade quando os procedimentos de investigação e apresentação dos acontecimentos demonstram compromisso com a veracidade, permitindo que a

audiência reconheça na atividade jornalística uma forma socialmente qualificada de mediação da realidade (Fossá; Müller, 2019).

Entretanto, compreender essa relação exige reconhecer que a autoridade historicamente atribuída à imprensa não representa garantia permanente de qualidade informativa, uma vez que os próprios veículos tradicionais podem produzir interpretações distorcidas, reproduzir informações equivocadas ou apresentar acontecimentos mediante enquadramentos condicionados por interesses específicos, a recuperação da confiança pública demanda uma postura crítica diante dessas contradições, afastando a concepção de que a legitimidade institucional constitui prova suficiente da veracidade dos conteúdos divulgados (Moretzsohn, 2019).

Com a consolidação dos ambientes digitais, os critérios tradicionalmente utilizados para reconhecer informações confiáveis passaram a conviver com formas de comunicação caracterizadas pela circulação descentralizada de conteúdos e pela crescente influência dos sistemas automatizados de distribuição, essa reorganização alterou as condições de visibilidade das notícias, submetendo parte significativa de sua circulação a mecanismos orientados pela capacidade de atrair interações, circunstância que pode favorecer publicações de elevado potencial de engajamento independentemente de sua consistência factual (Castro, 2021).

Nesse cenário de reorganização informativa, a aparência de legitimidade tornou-se um recurso explorado por produtores de conteúdos fraudulentos que reproduzem características visuais, estruturas narrativas e elementos editoriais associados ao jornalismo profissional, tal aproximação compromete a distinção entre informações submetidas à apuração e materiais elaborados sem responsabilidade jornalística, sobretudo quando a audiência utiliza a apresentação gráfica, a familiaridade com determinados formatos e os sinais externos de profissionalismo como parâmetros predominantes para avaliar a confiabilidade de uma publicação (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019).

A partir dessas condições, torna-se necessário distinguir a credibilidade atribuída a uma fonte da efetiva qualidade das informações que ela disponibiliza, dado que o reconhecimento de determinada organização pode decorrer de experiências anteriores, identificações coletivas e expectativas compartilhadas entre integrantes de diferentes grupos sociais, no campo político, essa relação assume maior complexidade quando narrativas incompatíveis reivindicam legitimidade perante públicos distintos, favorecendo a formação de percepções sobre os acontecimentos que encontram sustentação na identificação com determinadas interpretações da realidade (Gomes; Dourado, 2019).

Tal complexidade evidencia que a confiança na informação jornalística não se constitui exclusivamente mediante avaliações conscientes de precisão e coerência, pois sentimentos de pertencimento, convicções previamente estabelecidas e vínculos afetivos também interferem na

maneira como os indivíduos recebem e interpretam conteúdos informativos, a prevalência dessas disposições pode reduzir a receptividade a evidências contrárias às crenças compartilhadas em determinados grupos, tornando insuficiente uma compreensão da credibilidade fundamentada unicamente na oposição entre informações verdadeiras e falsas (Moretzsohn, 2019).

Diante da dificuldade de assegurar o reconhecimento público da qualidade informativa, iniciativas voltadas à transparência editorial passaram a propor mecanismos destinados a tornar mais visíveis os compromissos éticos e os procedimentos adotados pelas organizações jornalísticas, entre essas experiências, o Projeto Credibilidade buscou estabelecer indicadores capazes de orientar a identificação de veículos confiáveis, embora a análise de produtores brasileiros de conteúdo político tenha demonstrado limitações na utilização isolada dessas características para distinguir práticas jornalísticas legítimas de produções pseudojornalísticas (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019).

A busca por maior transparência também impulsionou experiências nas quais a apresentação dos procedimentos de apuração passou a integrar a própria narrativa jornalística, permitindo que fontes consultadas, evidências examinadas e etapas de verificação adquirissem maior visibilidade perante os leitores, ao investigar o Projeto Comprova, a literatura identifica nessa exposição metodológica uma estratégia de legitimação profissional, mediante a qual a credibilidade é reivindicada pela demonstração pública do trabalho realizado e pelo fortalecimento dos vínculos de confiança entre organizações de comunicação e sociedade (Fossá; Müller, 2019).

Ainda assim, a exposição das práticas de verificação não elimina questionamentos relacionados à seleção das informações examinadas e aos critérios empregados na avaliação de sua veracidade, especialmente quando as organizações responsáveis pela checagem deixam de explicitar determinados procedimentos ou concentram suas investigações em fontes institucionais específicas, essas circunstâncias demonstram que a transparência precisa abranger tanto a apresentação das evidências quanto a fundamentação das decisões metodológicas, evitando que a autoridade atribuída aos verificadores substitua o exame crítico dos processos utilizados (Damasceno; Patrício, 2020).

Tendo em conta que essas limitações, a credibilidade jornalística deve ser compreendida como uma construção dinâmica, permanentemente condicionada pelas relações entre práticas profissionais, expectativas sociais e transformações tecnológicas que interferem na produção e na circulação das informações, sua preservação depende da articulação entre rigor na apuração, transparência editorial e capacidade de reconhecer os fatores que influenciam a percepção pública da verdade, especialmente em ambientes nos quais a disseminação de conteúdos enganosos envolve mecanismos cognitivos e estruturas digitais que ultrapassam a atuação direta das organizações jornalísticas (Caled; Silva, 2022).

2.2 DESINFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO AMBIENTE DIGITAL

Compreender a expansão da desinformação nos ambientes digitais exige considerar as mudanças estruturais que modificaram a organização dos fluxos comunicacionais e as condições de acesso ao conhecimento, a consolidação das redes sociais e dos serviços de compartilhamento possibilitou a circulação contínua de conteúdos produzidos por diferentes agentes, estabelecendo um ecossistema informativo no qual a rapidez da publicação e a multiplicidade de emissores dificultam a identificação da procedência das mensagens e a avaliação de sua confiabilidade (Caled; Silva, 2022).

Para delimitar a natureza desse fenômeno, torna-se necessário distinguir a disseminação de informações incorretas da produção deliberada de conteúdos destinados a enganar os receptores, considerando que a desinformação envolve diferentes modalidades de distorção da realidade e pode assumir características semelhantes às notícias produzidas profissionalmente, essa diferenciação permite reconhecer que a falsidade de uma informação não determina isoladamente as circunstâncias de sua circulação, sendo necessário examinar as intenções dos produtores, os mecanismos de propagação e os procedimentos utilizados para conferir legitimidade aos conteúdos divulgados (Lazer *et al*., 2018).

Uma das principais consequências da reorganização comunicacional consiste na ampliação da participação dos usuários nos processos de produção e distribuição de informações, anteriormente concentrados em instituições que dispunham de estruturas específicas para selecionar e divulgar acontecimentos de interesse público, a possibilidade de qualquer indivíduo publicar conteúdos e alcançar audiências geograficamente dispersas modificou as relações entre produtores e consumidores de notícias, favorecendo a emergência de narrativas construídas fora dos procedimentos convencionais de apuração e submetidas a processos acelerados de compartilhamento (Caled; Silva, 2022).

Sob a influência dessas transformações, as plataformas digitais passaram a exercer crescente interferência sobre a circulação das notícias, uma vez que seus sistemas de recomendação organizam a visibilidade dos conteúdos segundo critérios relacionados ao funcionamento tecnológico e aos interesses econômicos das empresas responsáveis por sua administração, essa configuração estabelece uma tensão entre o valor-notícia, tradicionalmente associado aos critérios editoriais de seleção dos acontecimentos, e o valor-algoritmo, relacionado à capacidade das publicações de produzir interações e resultados economicamente vantajosos (Castro, 2021).

A predominância de mecanismos orientados pela atenção dos usuários cria condições favoráveis à disseminação de conteúdos que despertam curiosidade, indignação ou identificação imediata, independentemente da consistência das informações apresentadas, pesquisas sobre a circulação de notícias falsas demonstram que determinadas publicações fraudulentas alcançam

elevados níveis de compartilhamento nas redes sociais, evidenciando que a repercussão de uma mensagem pode decorrer de características distintas da precisão factual e da responsabilidade editorial de seus produtores (Lazer *et al*., 2018).

Inserida nessa dinâmica, a disputa pela visibilidade transforma os ambientes digitais em espaços de competição permanente entre indivíduos, organizações jornalísticas, anunciantes e agentes interessados em influenciar percepções coletivas, a noção de arena de atenção permite compreender como a busca por reconhecimento e engajamento interfere na organização dos conteúdos, enquanto a onimediação desigual evidencia que os usuários participam simultaneamente da produção e da recepção de informações, embora disponham de capacidades distintas para influenciar sua circulação (Castro, 2021).

Além da participação humana, a utilização de mecanismos automatizados de compartilhamento acrescenta novas possibilidades de amplificação artificial das mensagens, especialmente quando contas programadas para reproduzir comportamentos de usuários comuns são empregadas na divulgação sistemática de determinados conteúdos, essas ferramentas podem ampliar a exposição de narrativas fraudulentas e interferir nos indicadores de popularidade utilizados pelas plataformas, dificultando a identificação da repercussão espontânea e contribuindo para que informações enganosas adquiram visibilidade superior àquela alcançada exclusivamente pela interação voluntária dos indivíduos (Lazer *et al*., 2018).

Nesse contexto de distribuição automatizada, a personalização dos conteúdos também interfere nas experiências informativas dos usuários, pois os sistemas de recomendação selecionam e organizam publicações a partir de informações sobre comportamentos e padrões de interação registrados nas plataformas, o conceito de exposição calibrada permite compreender esse direcionamento como um processo de apresentação diferenciada de mensagens, cuja configuração pode favorecer determinadas narrativas e influenciar as condições de contato com perspectivas divergentes, sem pressupor que os indivíduos permaneçam completamente isolados de conteúdos contrários às suas preferências (Castro, 2021).

Mesmo diante da disponibilidade de informações contraditórias, a correção de interpretações equivocadas encontra limitações relacionadas aos processos cognitivos envolvidos na compreensão e na assimilação das mensagens, uma vez incorporadas às representações individuais da realidade, determinadas informações falsas podem continuar influenciando avaliações posteriores mesmo após a apresentação de esclarecimentos, indicando que a exposição a evidências verificáveis nem sempre produz a revisão imediata das crenças anteriormente estabelecidas (Caled; Silva, 2022).

A persistência dessas interpretações também encontra explicação nos vínculos afetivos e nas identificações coletivas que orientam a recepção das mensagens, especialmente quando determinados conteúdos reforçam convicções compartilhadas entre integrantes de grupos socialmente próximos, nessas circunstâncias, a formação de ambientes comunicacionais marcados pela afinidade de opiniões pode favorecer a resistência a argumentos divergentes, demonstrando que a adesão a narrativas desinformativas envolve elementos relacionados à identidade e ao pertencimento que ultrapassam a avaliação racional das evidências disponíveis (Moretzsohn, 2019).

Quando essas condições são mobilizadas em disputas políticas, a desinformação pode adquirir características de instrumento estratégico para influenciar interpretações sobre acontecimentos públicos e comprometer a confiança em instituições democráticas, a circulação de histórias fabricadas sobre a segurança das urnas eletrônicas durante a campanha presidencial brasileira de 2018 exemplifica como conteúdos sem sustentação factual podem ser utilizados para alimentar controvérsias e fortalecer narrativas políticas, contribuindo para a formação de ambientes nos quais a identificação ideológica interfere no reconhecimento da legitimidade das informações (Gomes; Dourado, 2019).

A disseminação dessas narrativas torna-se particularmente problemática quando seus produtores reproduzem elementos característicos do jornalismo profissional, construindo páginas e publicações que apresentam aparência de notícia sem observar os procedimentos de verificação associados à atividade, a identificação desse fenômeno como pseudojornalismo permite compreender como a apropriação de recursos narrativos e visuais tradicionalmente vinculados à imprensa pode dificultar o reconhecimento de conteúdos fraudulentos, comprometendo a capacidade dos indicadores externos de credibilidade de diferenciar produções jornalísticas legítimas de iniciativas voltadas à manipulação informativa (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019).

Consideradas em conjunto, essas transformações demonstram que a desinformação digital resulta da interação entre características tecnológicas, interesses econômicos e comportamentos sociais que interferem continuamente na circulação das mensagens, sua disseminação pode ser intensificada por iniciativas coordenadas de manipulação que utilizam recursos de segmentação, contas automatizadas e estratégias de mobilização coletiva, evidenciando que determinadas estruturas das plataformas favorecem a exploração sistemática de mecanismos de distribuição informativa para alcançar objetivos políticos ou econômicos (Castro, 2021).

Frente à complexidade desse cenário, compreender os mecanismos responsáveis pela circulação de conteúdos enganosos constitui uma condição relevante para examinar a efetividade das iniciativas destinadas à proteção da integridade informativa, a articulação entre conhecimentos jornalísticos, educacionais, tecnológicos e institucionais permite reconhecer que o enfrentamento da

desinformação demanda intervenções complementares, capazes de considerar tanto os procedimentos de identificação de informações falsas quanto as condições estruturais e cognitivas que favorecem sua disseminação e dificultam a correção de interpretações equivocadas (Caled; Silva, 2022).

2.3 VERIFICAÇÃO DE FATOS E ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS DE ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO

Diante da disseminação de conteúdos fraudulentos nas plataformas digitais, os procedimentos de verificação jornalística adquiriram maior visibilidade como instrumentos destinados a examinar a veracidade de informações divulgadas publicamente, diferentemente da apuração convencional realizada antes da publicação de uma notícia, as iniciativas especializadas de checagem concentram suas atividades na investigação posterior de declarações e acontecimentos já inseridos na circulação informativa, buscando identificar inconsistências e apresentar evidências capazes de esclarecer os fatos examinados (Damasceno; Patrício, 2020).

Nesse processo de reorganização profissional, a verificação de conteúdos digitais passou a integrar estratégias mais amplas de enfrentamento da desinformação, incorporando procedimentos destinados a examinar fontes, identificar manipulações e esclarecer informações cuja circulação possa comprometer a compreensão pública dos acontecimentos, a efetividade dessas iniciativas depende da qualidade dos métodos empregados e de sua articulação com outras medidas de proteção informativa, visto que a identificação de falsidades representa uma etapa de um fenômeno que envolve dimensões tecnológicas, cognitivas e sociais (Caled; Silva, 2022).

Entre os procedimentos empregados pelas organizações especializadas, destacam-se a identificação da afirmação investigada, a localização de evidências documentais, a consulta a fontes pertinentes e a comparação entre os dados disponíveis e o conteúdo originalmente divulgado, a sistematização dessas etapas procura conferir maior consistência às conclusões apresentadas, permitindo que os leitores compreendam os fundamentos utilizados para confirmar, contextualizar ou contestar informações que alcançaram repercussão nos ambientes digitais (Damasceno; Patrício, 2020).

A institucionalização dessas práticas também produziu mudanças na maneira como o jornalismo apresenta sua atividade perante a sociedade, uma vez que os serviços especializados em identificar boatos e verificar declarações passaram a constituir espaços editoriais destinados à demonstração pública dos procedimentos de investigação, ao analisar iniciativas vinculadas ao Estadão e ao grupo O Globo, observa-se que a distinção discursiva entre fatos e boatos participa da construção

de sentidos sobre a legitimidade jornalística e sobre a autoridade reivindicada pelas organizações responsáveis pela verificação (Dela Silva, 2021).

Sob a perspectiva da cooperação profissional, a checagem cruzada apresenta uma configuração particular ao reunir diferentes organizações jornalísticas na investigação de conteúdos considerados suspeitos, essa modalidade possibilita que procedimentos de apuração sejam compartilhados e confrontados entre equipes distintas, como observado na experiência do Projeto Comprova, cuja atuação evidencia a utilização da colaboração e da exposição metodológica como estratégias de legitimação do jornalismo perante a circulação de informações enganosas (Fossá; Müller, 2019).

Assim, a transparência dos procedimentos editoriais assume relevância nesse contexto porque permite ao público examinar elementos relacionados à produção das notícias, incluindo a identificação de fontes, os critérios utilizados na elaboração das matérias e os compromissos assumidos pelas organizações de comunicação, entretanto, a investigação de indicadores de credibilidade em veículos brasileiros demonstra que a presença de características formais associadas ao jornalismo profissional não garante a diferenciação entre conteúdos legítimos e produções pseudojornalísticas, tornando necessário avaliar a consistência efetiva das práticas informativas (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019).

Embora a divulgação dos métodos de apuração contribua para tornar o processo de verificação mais compreensível, sua legitimidade também depende da explicitação dos critérios que orientam a escolha das declarações e dos acontecimentos submetidos à análise, pesquisas sobre a Agência Lupa e a Aos Fatos identificaram limitações na apresentação desses parâmetros e verificaram expressiva utilização de fontes oficiais e institucionais, circunstâncias que suscitam questionamentos sobre a diversidade das evidências consideradas e sobre a transparência das decisões editoriais que antecedem a publicação das checagens (Damasceno; Patrício, 2020).

Contudo, a avaliação crítica dessas práticas exige reconhecer que a confirmação isolada de uma declaração pode ser insuficiente para esclarecer seu significado no contexto em que foi produzida, especialmente quando a análise privilegia classificações de veracidade sem considerar adequadamente as circunstâncias históricas, políticas e discursivas envolvidas, a utilização de categorias destinadas a identificar informações verdadeiras ou falsas precisa ser acompanhada de procedimentos de contextualização que permitam compreender os sentidos atribuídos aos acontecimentos e evitar interpretações excessivamente simplificadas (Moretzsohn, 2019).

Na dimensão discursiva, a crescente visibilidade dos serviços de verificação também evidencia transformações na própria construção da notícia, pois a investigação de determinado conteúdo passa a constituir um acontecimento jornalístico cuja apresentação envolve escolhas narrativas e formas específicas de legitimação, ao estabelecer distinções entre informações verificadas e boatos, as

organizações de comunicação reafirmam sua autoridade perante o público e produzem representações sobre a atividade jornalística, demonstrando que a checagem participa simultaneamente da investigação factual e da construção social de sentidos acerca da verdade informativa (Dela Silva, 2021).

Partindo da constatação que a relação entre verificação e legitimidade, a exposição detalhada das etapas de investigação permite que o público acompanhe os procedimentos responsáveis pela elaboração das conclusões jornalísticas, deslocando parte da atenção anteriormente concentrada no resultado da apuração para os caminhos percorridos durante sua realização, essa característica é observada no Projeto Comprova, cuja narrativa incorpora referências às fontes consultadas e às ações desenvolvidas pelas equipes participantes, fortalecendo uma estratégia de reconhecimento profissional fundamentada na demonstração pública do trabalho investigativo (Fossá; Müller, 2019).

Apesar da contribuição dessas iniciativas para o esclarecimento de conteúdos enganosos, a apresentação de informações corrigidas não assegura que os indivíduos modifiquem imediatamente suas interpretações, pois determinadas narrativas podem permanecer incorporadas às estruturas cognitivas mesmo depois de sua inconsistência factual ter sido demonstrada, essa persistência indica que a eficácia das correções depende de condições relacionadas à recepção das mensagens e ao processamento das evidências, exigindo que as estratégias de enfrentamento considerem as características do comportamento informacional dos usuários (Caled; Silva, 2022).

No âmbito das intervenções tecnológicas, a identificação de conteúdos fraudulentos também pode envolver mecanismos de classificação de fontes, reconhecimento de contas automatizadas e aperfeiçoamento dos sistemas responsáveis pela distribuição das publicações, essas possibilidades ampliam os recursos disponíveis para reduzir a circulação de informações enganosas, embora sua implementação demande avaliação científica e transparência sobre os procedimentos adotados pelas plataformas, evitando que decisões automatizadas sejam interpretadas como garantias absolutas de qualidade informativa (Lazer *et al*., 2018).

Associada aos mecanismos de verificação, a educação midiática constitui uma alternativa voltada ao desenvolvimento de competências necessárias para examinar criticamente as informações recebidas, reconhecer indícios de manipulação e compreender os procedimentos envolvidos na produção jornalística, essa abordagem procura fortalecer a autonomia dos indivíduos diante dos conteúdos digitais, integrando a formação crítica dos usuários às respostas jornalísticas e tecnológicas destinadas a reduzir a influência de narrativas fraudulentas sobre a compreensão dos acontecimentos (Caled; Silva, 2022).

Para além das iniciativas diretamente relacionadas à identificação de informações falsas, as condições econômicas e tecnológicas que orientam a circulação dos conteúdos precisam ser consideradas na formulação de estratégias de enfrentamento, uma vez que os sistemas algorítmicos podem favorecer publicações capazes de produzir maior engajamento independentemente de sua consistência factual, a compreensão dessa relação demonstra que os esforços jornalísticos de verificação atuam em um ambiente cujos mecanismos de distribuição nem sempre correspondem aos critérios editoriais de qualidade e relevância informativa (Castro, 2021).

Dessa maneira, o fortalecimento das práticas jornalísticas de enfrentamento da desinformação depende da articulação entre rigor investigativo, transparência metodológica, responsabilidade editorial e cooperação entre organizações comprometidas com a confiabilidade das informações, a análise dessas estratégias permite reconhecer suas contribuições para o esclarecimento público e para a legitimação profissional, ao mesmo tempo que evidencia a importância de examinar criticamente suas limitações diante das condições sociais e tecnológicas que interferem na circulação e na recepção dos conteúdos digitais (Fossá; Müller, 2019).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva, direcionada à compreensão das relações entre credibilidade jornalística e enfrentamento da desinformação nos ambientes digitais, a escolha desse delineamento fundamenta-se na possibilidade de examinar contribuições teóricas e resultados de investigações anteriormente publicadas, permitindo identificar interpretações, aproximações conceituais e divergências relevantes para a compreensão do fenômeno estudado (Gil, 2002).

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica como instrumento de investigação, considerando sua capacidade de reunir conhecimentos produzidos sobre determinada problemática e favorecer a construção de uma análise fundamentada em diferentes perspectivas científicas, esse procedimento possibilita estabelecer relações entre conceitos e resultados apresentados na literatura, mediante leitura criteriosa, organização das informações e interpretação dos argumentos desenvolvidos pelos pesquisadores (Marconi; Lakatos, 2017).

O desenvolvimento da investigação compreendeu o levantamento bibliográfico e a análise de produções científicas relacionadas à comunicação jornalística e aos processos de disseminação de informações nos meios digitais, nessa etapa, foram examinadas abordagens referentes à confiança nas instituições de comunicação, à influência das plataformas tecnológicas e aos procedimentos empregados para verificar a veracidade dos conteúdos divulgados.

Posteriormente, realizou-se a leitura analítica das publicações, buscando identificar os principais conceitos, argumentos e resultados associados à problemática investigada, as informações examinadas foram organizadas segundo sua correspondência com os objetivos da pesquisa, permitindo reconhecer convergências entre as interpretações apresentadas e posicionamentos distintos acerca das possibilidades de enfrentamento da desinformação.

Para sistematizar a discussão, o conteúdo das publicações foi distribuído em quatro eixos temáticos, compreendendo os fundamentos da credibilidade e da confiança jornalística, as transformações do ambiente digital e seus efeitos sobre a circulação informativa, os procedimentos de verificação de fatos e as potencialidades e limitações das estratégias de enfrentamento, essa organização favoreceu o desenvolvimento de uma análise integrada, estabelecendo conexões entre os aspectos profissionais, tecnológicos e sociais identificados na literatura.

Por fim, a interpretação dos estudos foi conduzida mediante uma perspectiva crítico-analítica, priorizando a comparação entre os argumentos dos autores e a identificação de relações capazes de ampliar a compreensão do objeto investigado, os resultados foram apresentados de maneira articulada aos referenciais examinados, procurando preservar as particularidades das investigações e construir uma discussão coerente sobre as condições que influenciam a credibilidade jornalística e a circulação da desinformação nos ambientes digitais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a credibilidade jornalística está diretamente relacionada à consistência dos procedimentos de apuração e à capacidade das organizações de demonstrar compromisso com a veracidade das informações, enquanto Träsel, Lisboa, Vinciprova (2019) associam essa confiança à justificativa das afirmações e à transparência editorial, Fossá, Müller (2019) ampliam essa compreensão ao demonstrar que o reconhecimento social da atividade jornalística também depende da construção de vínculos de legitimidade entre os profissionais da comunicação e seus públicos.

Essa relação torna-se mais complexa diante da circulação de conteúdos que reproduzem características do jornalismo profissional sem observar seus critérios de produção, uma vez que Träsel, Lisboa, Vinciprova (2019) identificaram limitações dos indicadores do Projeto Credibilidade na diferenciação entre veículos legítimos e produtores de pseudojornalismo, resultado que dialoga com a argumentação de Lazer *et al*. (2018) sobre a facilidade com que informações fabricadas podem assumir a aparência de notícias e comprometer o reconhecimento das fontes confiáveis.

No estudo de Träsel, Lisboa, Vinciprova (2019), a investigação de produtores de conteúdo político com elevada audiência no Facebook demonstrou que a presença de características formais associadas à transparência editorial não assegura a identificação da qualidade jornalística, esse resultado encontra correspondência na reflexão de Moretzsohn (2019), segundo a qual a credibilidade não pode ser atribuída automaticamente às organizações tradicionais de comunicação, dado que a própria imprensa está sujeita à divulgação de informações incorretas e à produção de interpretações condicionadas por interesses editoriais.

Entretanto, reconhecer essas limitações não significa desconsiderar a contribuição das iniciativas destinadas a ampliar a transparência dos processos jornalísticos, pois Fossá, Müller (2019) identificaram no Projeto Comprova uma estratégia de legitimação fundamentada na exposição dos procedimentos de verificação e na colaboração entre organizações, enquanto Dela Silva (2021) demonstra que os serviços de checagem também participam da construção discursiva da autoridade jornalística, ao estabelecerem formas específicas de apresentar os fatos e distinguir informações verificadas de conteúdos classificados como boatos.

A aproximação entre essas investigações permite compreender que a verificação ultrapassa a identificação de inconsistências factuais e participa da maneira como as organizações comunicam seus compromissos profissionais, tendo em vista que Fossá, Müller (2019) destacam a apresentação dos caminhos percorridos durante a apuração como mecanismo de fortalecimento da confiança, ao passo que Dela Silva (2021) evidencia que a própria organização discursiva dos serviços de checagem produz sentidos sobre a legitimidade da imprensa e sobre sua posição como instituição responsável pela interpretação dos acontecimentos.

Apesar das contribuições atribuídas à transparência, os resultados também revelam fragilidades relacionadas à definição dos critérios utilizados para selecionar conteúdos submetidos à verificação, conforme Damasceno, Patrício (2020), cuja investigação sobre a Agência Lupa e a Aos Fatos identificou ausência de explicitação suficiente desses parâmetros e predominância de fontes institucionais nas análises, circunstância que reforça as críticas de Moretzsohn (2019) à possibilidade de os procedimentos de checagem transmitirem uma impressão de objetividade sem contemplar adequadamente a contextualização das informações examinadas.

A dependência de fontes oficiais merece atenção particular porque a confiabilidade de uma investigação está relacionada à pertinência e à diversidade das evidências utilizadas, considerando que Damasceno, Patrício (2020) constataram a presença de alguma fonte oficial em todas as matérias de sua amostra e identificaram diferenças na abrangência das declarações políticas verificadas pelas agências estudadas, resultados que permitem questionar a suficiência da documentação institucional

quando utilizada sem uma explicitação abrangente dos critérios de seleção e interpretação, preocupação também desenvolvida por Moretzsohn (2019).

Sob essa perspectiva crítica, a legitimidade das iniciativas de checagem depende da correspondência entre a transparência anunciada e os procedimentos efetivamente adotados, uma vez que Moretzsohn (2019) ressalta as limitações das classificações de veracidade quando desconsideram as circunstâncias e os sentidos das declarações, enquanto Fossá, Müller (2019) demonstram que a exposição das etapas investigativas pode contribuir para tornar o processo de apuração mais compreensível, permitindo reconhecer que a credibilidade deve ser sustentada por práticas verificáveis e permanentemente submetidas à avaliação pública.

Além dos procedimentos editoriais, a literatura evidencia que as características estruturais das plataformas digitais interferem nas condições de circulação das informações, pois Castro (2021) argumenta que os modelos de negócio orientados pela captação de dados e pela maximização do engajamento favorecem a valorização algorítmica de determinados conteúdos, enquanto Lazer *et al*. (2018) identificam nas plataformas e nos mecanismos automatizados de compartilhamento condições que possibilitam ampliar a disseminação de notícias fraudulentas, demonstrando a importância de considerar a distribuição das mensagens na compreensão do fenômeno.

Essa influência tecnológica adquire maior complexidade quando os sistemas de recomendação são associados a estratégias organizadas de manipulação informativa, tendo em conta que Castro (2021) descreve a articulação entre exposição calibrada, competição pela atenção e mobilizações coordenadas como condições favoráveis à expansão de narrativas enganosas, ao passo que Lazer *et al*. (2018) discutem como contas automatizadas podem intensificar artificialmente a circulação de conteúdos e interferir nos indicadores de popularidade, embora ressaltem as limitações existentes para mensurar com precisão a extensão dessas atividades.

No campo político, as consequências dessas condições de circulação podem ser observadas na utilização de narrativas fraudulentas destinadas a influenciar interpretações sobre acontecimentos de interesse coletivo, conforme demonstram Gomes, Dourado (2019) ao examinar quatorze histórias falsas relacionadas a supostas fraudes nas urnas eletrônicas durante a campanha presidencial brasileira de 2018, investigação que permite estabelecer aproximações com a análise de Castro (2021) sobre a utilização estratégica das plataformas em disputas políticas e a capacidade de iniciativas coordenadas ampliarem a repercussão de conteúdos desinformativos.

A interpretação desses resultados exige considerar que a adesão a informações enganosas envolve fatores que ultrapassam a disponibilidade de evidências factuais, uma vez que Gomes, Dourado (2019) relacionam a circulação de narrativas políticas fraudulentas a transformações nas

condições sociais de reconhecimento da verdade, enquanto Moretzsohn (2019) destaca a influência dos vínculos afetivos e das convicções compartilhadas na recepção das mensagens, contribuindo para compreender por que determinadas informações permanecem socialmente aceitas mesmo quando sua consistência é questionada.

A persistência de interpretações equivocadas encontra respaldo nas investigações sobre os mecanismos cognitivos associados à desinformação, pois Caled, Silva (2022) identificam dificuldades relacionadas à correção de narrativas anteriormente assimiladas, ao mesmo tempo que Lazer *et al*. (2018) discutem como a familiaridade com determinados conteúdos e a tendência de privilegiar informações compatíveis com crenças preexistentes podem limitar os resultados das iniciativas de verificação, indicando que a apresentação de uma correção não assegura sua aceitação pelos indivíduos expostos à informação original.

Diante dessas evidências, a eficácia do enfrentamento da desinformação precisa ser examinada visto que a relação entre qualidade da apuração e condições de recepção das mensagens, visto que Lazer *et al*. (2018) apontam resultados científicos heterogêneos quanto aos efeitos da checagem de fatos e alertam para a possibilidade de determinadas correções produzirem consequências indesejadas, enquanto Caled, Silva (2022) defendem abordagens interdisciplinares capazes de integrar perspectivas jornalísticas, educacionais, institucionais e computacionais na formulação de respostas mais abrangentes.

Na dimensão educacional, o desenvolvimento de competências para avaliar fontes e reconhecer inconsistências informativas apresenta possibilidades de fortalecimento da autonomia dos usuários, embora Lazer *et al*. (2018) ressaltem a necessidade de investigar a efetividade e a permanência dos resultados dessas intervenções, ponderação que complementa a análise de Caled, Silva (2022) sobre a importância de articular formação crítica e recursos tecnológicos, partindo da constatação que a capacidade individual de avaliação opera em ambientes marcados por grande volume de informações e mecanismos automatizados de distribuição.

Quanto à responsabilidade das plataformas, os estudos indicam que os mecanismos de identificação e redução da circulação de conteúdos fraudulentos precisam ser acompanhados de maior transparência sobre os critérios empregados na organização das publicações, pois Lazer *et al*. (2018) defendem a ampliação da colaboração entre empresas tecnológicas e pesquisadores independentes, enquanto Castro (2021) demonstra que os incentivos econômicos associados à retenção da atenção dos usuários podem entrar em conflito com os critérios jornalísticos de relevância e confiabilidade, limitando o alcance de intervenções concentradas exclusivamente na remoção ou classificação de conteúdos.

A partir dessas constatações, evidencia-se uma relação de interdependência entre as práticas de verificação e as condições estruturais de circulação informativa, uma vez que Damasceno, Patrício (2020) demonstram a necessidade de aperfeiçoar a transparência metodológica das agências de checagem, enquanto Castro (2021) identifica características econômicas e tecnológicas que favorecem a disseminação de conteúdos enganosos, contribuições que se aproximam da perspectiva de Caled, Silva (2022) sobre a necessidade de intervenções articuladas em diferentes dimensões do ecossistema digital.

Cabe reconhecer, contudo, que os estudos examinados apresentam procedimentos metodológicos e objetos de investigação distintos, circunstância que impede interpretar suas conclusões como demonstração uniforme da eficácia das estratégias de enfrentamento, pois as análises empíricas de Träsel, Lisboa, Vinciprova (2019) e Damasceno, Patrício (2020) investigam aspectos específicos da credibilidade e das práticas de checagem, enquanto a revisão desenvolvida por Caled, Silva (2022) reúne contribuições de diferentes campos científicos para compreender a complexidade da circulação e da correção de informações enganosas.

Visto que o conjunto das evidências, a credibilidade jornalística apresenta-se como uma construção vinculada à qualidade dos procedimentos profissionais, à transparência das decisões editoriais e à capacidade das organizações de estabelecer relações de confiança socialmente reconhecidas, entendimento sustentado pelas contribuições de Fossá, Müller (2019) e de Träsel, Lisboa, Vinciprova (2019), mas que também incorpora as ponderações de Moretzsohn (2019) sobre a insuficiência da autoridade institucional e a necessidade de reconhecer as dimensões sociais e afetivas envolvidas na atribuição de confiabilidade.

Por conseguinte, os resultados desta revisão indicam que o enfrentamento da desinformação depende de medidas capazes de relacionar a investigação rigorosa dos acontecimentos às condições efetivas de produção, distribuição e recepção dos conteúdos digitais, interpretação construída a partir das contribuições de Lazer *et al*. (2018) acerca dos limites das intervenções isoladas, das análises de Castro (2021) sobre os condicionamentos econômicos das plataformas e da abordagem interdisciplinar apresentada por Caled, Silva (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida permitiu compreender que a credibilidade jornalística e o enfrentamento da desinformação constituem dimensões profundamente relacionadas às transformações dos processos comunicacionais, especialmente diante da consolidação de plataformas digitais que modificaram as condições de produção, circulação e consumo de informações, a análise

bibliográfica demonstrou que a preservação da confiança pública depende da consistência dos procedimentos profissionais, da transparência das decisões editoriais e da capacidade das organizações jornalísticas de justificar as informações divulgadas, evidenciando que o reconhecimento social da atividade informativa precisa ser continuamente sustentado por práticas comprometidas com a verificação dos acontecimentos e com a responsabilidade perante a sociedade.

Entre os resultados identificados, destacou-se a compreensão de que a credibilidade não decorre exclusivamente da reputação institucional ou da utilização de elementos formais associados ao jornalismo profissional, tendo em conta que conteúdos fraudulentos podem reproduzir características narrativas e visuais semelhantes às empregadas por veículos legítimos, essa constatação demonstra a necessidade de superar avaliações fundamentadas na aparência das publicações e reconhecer a importância de procedimentos verificáveis de investigação, identificação das fontes e contextualização dos acontecimentos, sobretudo em ambientes nos quais a multiplicidade de emissores e a velocidade de compartilhamento dificultam a diferenciação entre informações fundamentadas e narrativas construídas para induzir interpretações equivocadas.

As transformações provocadas pela expansão das plataformas digitais também evidenciaram que a circulação da desinformação está associada a características estruturais dos sistemas de distribuição de conteúdos, cujos mecanismos de recomendação e interesses econômicos podem favorecer publicações capazes de produzir maior engajamento independentemente de sua confiabilidade, a interferência desses processos na organização da visibilidade informativa revela que a disseminação de mensagens fraudulentas precisa ser compreendida mediante a articulação entre recursos tecnológicos, estratégias de manipulação e comportamentos dos usuários, uma vez que a atuação jornalística ocorre em um ambiente comunicacional no qual os critérios editoriais de qualidade nem sempre correspondem aos fatores responsáveis pela popularização das informações.

No que se refere às estratégias de enfrentamento, a revisão demonstrou que as iniciativas de verificação de fatos representam contribuições relevantes para o esclarecimento de conteúdos enganosos e para a valorização dos procedimentos investigativos, especialmente quando apresentam de maneira transparente as fontes consultadas, as evidências examinadas e os critérios utilizados na elaboração das conclusões, entretanto, a análise também revelou limitações relacionadas à seleção das informações verificadas, à dependência de determinadas fontes institucionais e à insuficiência de abordagens que desconsideram as circunstâncias históricas e discursivas das declarações, indicando que a legitimidade dessas práticas depende da coerência entre seus compromissos públicos e a qualidade dos procedimentos efetivamente realizados.

Quanto à recepção das informações, verificou-se que a correção de conteúdos falsos encontra obstáculos associados às convicções individuais, aos vínculos afetivos e às identificações coletivas que influenciam a interpretação dos acontecimentos, fatores que ajudam a compreender a permanência de determinadas narrativas mesmo diante da apresentação de evidências contrárias, essa condição reforça a necessidade de reconhecer que a confiança jornalística envolve relações sociais complexas e que a divulgação de informações verificadas, embora relevante, não assegura mudanças imediatas nas percepções dos indivíduos, tornando pertinente a integração entre práticas profissionais responsáveis, formação crítica dos usuários e iniciativas capazes de ampliar a compreensão dos processos de produção informativa.

Do ponto de vista científico e prático, a pesquisa contribui para a compreensão da credibilidade jornalística como uma construção dinâmica, condicionada pela interação entre princípios profissionais, estruturas tecnológicas e expectativas sociais, permitindo reconhecer que o enfrentamento da desinformação exige responsabilidades compartilhadas entre organizações de comunicação, plataformas digitais, instituições educacionais e sociedade, a articulação dessas dimensões pode favorecer o aperfeiçoamento dos procedimentos editoriais, a ampliação da transparência dos sistemas de distribuição de conteúdos e o desenvolvimento de competências voltadas à avaliação crítica das fontes, respeitando as particularidades de cada esfera de atuação e a necessidade de preservar a pluralidade informativa.

Apesar das contribuições apresentadas, reconhece-se que a natureza bibliográfica da investigação estabelece limites quanto à avaliação direta dos efeitos produzidos pelas estratégias analisadas, uma vez que as conclusões decorrem da interpretação de pesquisas com objetos, procedimentos e perspectivas teóricas distintos, sem a realização de levantamento empírico próprio junto a profissionais ou consumidores de informações, essa característica impede generalizações sobre a eficácia das iniciativas de verificação em diferentes públicos e plataformas, embora permita identificar relações conceituais relevantes e questões que necessitam de investigação complementar, especialmente quanto aos fatores que influenciam a confiança nas organizações jornalísticas e a receptividade às correções de conteúdos fraudulentos.

Para o aprofundamento da temática, recomenda-se o desenvolvimento de investigações empíricas que examinem a percepção dos usuários diante de diferentes procedimentos de checagem, a influência da transparência editorial sobre a confiança nas notícias e os efeitos dos sistemas algorítmicos na exposição a informações confiáveis, dado também a importância de estudos comparativos entre organizações jornalísticas e iniciativas independentes de verificação, tais perspectivas poderão contribuir para o aperfeiçoamento das práticas profissionais e para a formulação

de respostas mais adequadas às transformações comunicacionais, consolidando uma compreensão da credibilidade fundamentada na qualidade da informação, na responsabilidade pública e na continuidade das relações de confiança entre jornalismo e sociedade.

REFERÊNCIAS

CALED, Danielle; SILVA, Mário J. Digital media and misinformation: an outlook on multidisciplinary strategies against manipulation. Journal of Computational Social Science, Singapore, v. 5, n. 1, p. 123-159, 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/s42001-021-00118-8.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. Plataformas algorítmicas e economia da desinformação. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 91-103, jul./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.e77485.

DAMASCENO, Daniel de Rezende; PATRÍCIO, Edgard. Jornalismo e fact-checking: tipificação das fontes da base de checagem e critérios na seleção do material checado – uma análise de Agência Lupa e Aos Fatos. Brazilian Journalism Research, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 382-409, ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.25200/BJR.v16n2.2020.1212.

DELA SILVA, Silmara. "Checar fatos e desmentir boatos": fake news e discurso jornalístico no Brasil. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 5949-5961, abr./jun. 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e72801.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan; MÜLLER, Kauane Andressa. Crosscheck as a legitimization strategy of the journalism field in response to fake news. Brazilian Journalism Research, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 430-451, dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1196.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p33.

LAZER, David M. J. *et al.* The science of fake news. Science, Washington, DC, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 9 mar. 2018. DOI: https://doi.org/10.1126/science.aao2998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. Brazilian Journalism Research, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 574-597, dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188.

TRÄSEL, Marcelo; LISBOA, Sílvia; VINCIPROVA, Giulia Reis. Pós-verdade e confiança no jornalismo: uma análise de indicadores de credibilidade em veículos brasileiros. Brazilian Journalism Research, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 476-497, dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1211.